

Economista faz alerta: "Suspensão dos juros pode endividar País"

por **Guilherme Barros**
do Rio

A suspensão dos pagamentos dos juros da dívida externa brasileira pode representar um processo de endividamento crescente como se verificou nos anos 70, segundo trabalho do economista Dércio Garcia Munhoz, professor da Universidade de Brasília (UnB) e membro do Conselho Federal de Economia, apresentado por ele na quarta-feira passada durante o 1º Seminário Internacional de Economia Brasil-Cuba, realizado em Havana e que se encerrou quinta-feira.

O economista considera que o Brasil, ao reter no Banco Central (BC) os cruzados correspondentes aos juros recebidos dos devedores finais e não os converter em dólares, está na verdade aumentando o endividamento do País.

De acordo com Munhoz, esses recursos retidos no BC devem estar sendo destinados atualmente à compra de papéis da dívida pública anteriormente colocados junto ao público, "ficando assim encoberto o tamanho real da dívida mobiliária do governo e o custo efetivo para girar essa dívida no mercado de capitais do País".

Por isso, o economista conclui que "a suspensão dos pagamentos, antes de resolver dificuldades internas do País, pode constituir um grande engodo, camuflando, num modelo de endividamento externo crescente, o descontrole na administração da dívida pública interna".

Para Munhoz, "não está provado que o crescimento da economia dependa de aceitar uma situação de devedor crescente, abraçando a controvertida tese de que os déficits dos países em desenvolvimento decorrem da insuficiência de poupanças internas". Ele também acha sem sentido relacionar o superávit da balança comercial com a

pobreza da população, sob o argumento de que a economia está em pleno emprego e não há possibilidade de aumento da produção. Ou seja, o aumento das exportações poderia provocar menos consumo interno e níveis mais baixos de bem-estar.

O economista rebate esse argumento utilizando o seguinte exemplo: "A existência de pessoas descalças dentro do País não se explica pelo volume de sapatos exportados, mas sim em razão da insuficiência de renda em poder dos assalariados mais pobres, o que impede que as empresas aumentem a produção e, nesse contexto de má distribuição de renda, onde se repetem ao longo do tempo as políticas salariais regressivas, reduzir as exportações para diminuir o superávit comercial leva à queda na produção, no emprego e na renda interna, aumentando o número de desempregados e também o número de pessoas descalças", e acrescenta que isso também provocará uma queda na produção destinada ao mercado interno com a redução do emprego.

Munhoz observa, no entanto, que essa situação de inadimplência do Brasil foi pressionada pela incompreensão externa, fazendo com que o país declarasse a moratória parcial não como opção política, mas pela exaustão externa e interna a que foi levado, em função da inexistência de mecanismos que possam gerar algum tipo de solução para a crise da dívida.

Segundo Munhoz, "a crise, até agora, não despertou os credores para a realidade, mas também não conseguiu motivar os devedores, internamente, para a discussão clara quanto à natureza de seus problemas, visando à formulação de propostas que não visem simplesmente manter e dissimular indefinições políticas quanto a desajustes de ordem interna".